



Maria da Graça Carvalho*: "O meu empenho no Parlamento Europeu será total. Como está a acontecer no caso do Programa Quadro para a Ciência e Inovação, onde as minhas propostas de simplificação foram amplamente debatidas por representantes das universidades e da indústria europeias, também no caso dos fundos estruturais, bater-me-ei para que sejam dados passos significativos no sentido da simplificação e da desburocratização".

opinião

Os fundos estruturais e o emprego

A luta contra o desemprego deve ser uma prioridade política em qualquer sociedade moderna. O desemprego deteriora o rendimento das famílias, causa angústia e provoca vários problemas sociais. Em Portugal, a taxa de desemprego atingiu um novo máximo, 10,9 por cento, tendo subido um ponto e meio em 12 meses. Apesar de este valor ser preocupante, o País não é um caso isolado. Segundo os dados publicados esta semana pelo Eurostat, o desemprego subiu para 9,6 por cento na União Europeia e alcançou 10 por cento na zona euro. É claro que no caso português o melindre é maior, pois por baixo da actual crise conjuntural vive uma crise estrutural que não deixará de saltar para o primeiro plano quando a primeira for superada.

A política do actual Governo consiste em tentar equilibrar as contas públicas essencialmente pela via da receita, aumentando os impostos, evitando a reestruturação da despesa do Estado pela eliminação dos desperdícios e das ineficiências do mesmo. É necessário cortar na despesa mas de uma forma selectiva. A redução da despesa através do corte cego e drástico no investimento público, numa altura em que os mercados sofrem com uma profunda falta de liquidez, pode criar dificuldades ainda maiores às empresas e poderá conduzir a uma situação catastrófica em termos de desemprego.

Também neste aspecto não nos encontramos sozinhos. Esta situação é comum aos países da União Europeia mais atingidos pela crise da dívida e do défice, como sejam a Itália, a Irlanda, a Grécia e a Espanha.

É urgente tomar medidas eficazes e pragmáticas. Mas as medidas devem ser tomadas com bom senso e tendo em consideração não só as suas consequências imediatas como também as futuras. Portugal, à semelhança dos países que mencionei acima, inclui vastas regiões de coesão que, por isso mesmo, têm à sua disposição avultados fundos oriundos da União Europeia. Daqui decorrem dois aspectos em que os nossos decisores políticos, nacionais e europeus, deveriam reflectir.

Em tempos de crise, como são aqueles em que vivemos, os europeus que habitam regiões menos desenvolvidas deverão receber um sinal de confiança.

O primeiro aspecto passa por acelerar a execução dos fundos estruturais, a que Portugal tem direito. Esta acção poderia contribuir para estancar ou mesmo diminuir a taxa de desemprego. Devemos realçar a importância das PME nacionais recordando que, numa primeira aproximação, se o programa português QREN ajudasse cada PME portuguesa a empregar, pelo menos, um trabalhador, o problema do desemprego ficaria praticamente resolvido em Portugal.

O segundo aspecto consiste em aproveitar a oportunidade que representa do período de revisão intercalar dos fundos estruturais, o qual terá início a breve trecho. Sabemos hoje que a explicação para a baixíssima taxa de execução dos fundos comunitários não se esgota na falta de vontade política ou na ineficácia dos governantes relativamente a esta questão. Existe um vasto consenso, na União Europeia, de que a complexidade e a falta de flexibilidade dos programas de financiamento, aliadas à morosidade no processamento das candidaturas, constituem um importante factor dissuasor do empenhamento

dos Estados na execução dos fundos comunitários. Assim, a revisão intercalar dos fundos estruturais deverá ser encarada como uma oportunidade para agilizar e flexibilizar a utilização destes fundos. Isto é tanto mais importante numa conjuntura de crise, em que estes fundos podem ser orientados para investimentos produtivos com efeito directo na competitividade da economia e na criação de emprego.

O meu empenho no Parlamento Europeu será total. Como está a acontecer no caso do Programa Quadro para a Ciência e Inovação, onde as minhas propostas de simplificação foram amplamente debatidas por representantes das universidades e da indústria europeias, também no caso dos fundos estruturais, bater-me-ei para que sejam dados passos significativos no sentido da simplificação e da desburocratização. Em tempos de crise, como são aqueles em que vivemos, os europeus que habitam regiões menos desenvolvidas deverão receber um sinal de confiança, um sinal de que a Europa continua a contar com eles para construir um espaço privilegiado para viver e trabalhar.

* Maria da Graça Carvalho é deputada ao Parlamento Europeu. É membro efectivo da Comissão Indústria, Investigação e Energia, membro suplente da Comissão dos Orçamentos, membro suplente na Comissão Especial sobre os recursos orçamentais da UE e co-presidente da Comissão do Desenvolvimento Económico, das Finanças e do Comércio da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE. ▶



Pita Ameixa: "Um Plano de Ordenamento tem de ter em conta que existem hoje passivos ambientais e também sociais, na área do Parque Natural, a que deve ser dada resposta. Neste sentido a determinação do Governo de estabelecer ali um programa Polis é altamente positiva".

Sudoeste Natural

O Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina é uma importante área de conservação da natureza que inclui vastos espaços do distrito de Beja, englobando toda a zona mais litoral do concelho de Odemira.

Este Parque Natural, desenvolvendo-se axialmente ao longo de uma faixa costeira de cerca de 110 Km, entre S. Torpes, no concelho de Sines, e Burgau, já na costa algarvia virada a Sul, engloba mais de 130 mil hectares de área terrestre e uma área marinha adjacente.

A sua importância é nacional e internacional, estando classificado em conformidade.

O Parque Natural comporta valores importantes na fauna, na flora, na paisagem, e na hidrografia, incluindo o rio Mira, onde se situa um perímetro de regadio agrícola importante.

A classificação visa proteger e salvaguardar os valores naturais porque eles são fundamentais para a conservação da vida na Terra de todas as espécies, incluindo o Homem.

Para gerir a zona classificada, em termos de compatibilização da natureza com a presença do Homem, da conciliação das actividades sociais

e económicas com a continuidade perpetua dos valores naturais, é estabelecido um Plano de Ordenamento do Parque Natural que traça a linha de demarcação do que é permitido e do que é proibido.

Esse Plano de Ordenamento encontra-se em revisão a qual ocorre, desde logo, com a audição e participação de todas as partes e pessoas interessadas.

Um dos aspectos importantes a ter em conta é que esse Plano tem de ter um propósito de conservação naturalístico, e aqui deve ser proibitivo, mas, simultaneamente,

um desígnio de desenvolvimento social, e aí há-de ser potenciador.

Um Plano de Ordenamento tem de ter em conta que existem hoje passivos ambientais e também sociais, na área do Parque Natural, a que deve ser dada resposta.

Neste sentido a determinação do Governo de estabelecer ali um programa Polis é altamente positiva.

Dotado com cerca de 40 milhões de euros, permitirá às entidades em presença, incluindo as autarquias locais, investirem no seu território, nas pessoas e na natureza.

Aliás, o Estado, através dos organismos próprios, com competência na área ambiental, deve ter ali, mais do que hoje, uma presença activa como parceiro permanente das populações e das autarquias locais que as representam.

Um ponto que deve vir a ter uma consideração inovadora é que às populações e às actividades económicas, presentes no território classificado, às quais se pede, necessariamente, uma restrição específica, venha a ser concedida, em contrapartida, uma discriminação favorável, a qual se pode traduzir, por exemplo, na redução ou isenção de certos pagamentos e taxas, ou no acesso majorado aos sistemas de incentivos e apoios ao investimento, ou na promoção de uma marca de valorização comercial dos produtos originários do Parque Natural.

Se, ali, o turismo já é uma actividade económica importante, pode conhecer uma mais-valia pela sua ligação ao Parque Natural.

Se a agricultura, a pesca, os produtos tradicionais ou o artesanato, já contribuem para o rendimento de muitas

famílias, podem ter um valor acrescentado por serem provenientes do Parque Natural.

Se o perímetro de rega do Mira é um factor de grande capacidade produtiva, pode ser revalorizado nos mercados nacionais e internacionais de hortícolas, legumes ou frutas, se se reconfigurar a uma marca de qualidade natural.

Ao fim e ao cabo, temos de saber aceitar que num Parque Natural tem de haver restrições e, ao mesmo tempo, saber descobrir aí boas oportunidades económicas e qualidade de vida. ▶

Se o perímetro de rega do Mira é um factor de grande capacidade produtiva, pode ser revalorizado nos mercados nacionais e internacionais de hortícolas, legumes ou frutas, se se reconfigurar a uma marca de qualidade natural. Ao fim e ao cabo, temos de saber aceitar que num Parque Natural tem de haver restrições e, ao mesmo tempo, saber descobrir aí boas oportunidades económicas e qualidade de vida.